

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> . . . . .	XV
<i>Prefácio à 5ª edição</i> . . . . .	XVII
<b>Capítulo I – A Sociedade Internacional e as Relações Internacionais</b> . . . . .	1
1.1 Notas introdutórias . . . . .	1
1.2 Sociedade e comunidade . . . . .	2
1.3 Características da sociedade internacional . . . . .	3
1.4 Ordem jurídica da sociedade internacional . . . . .	4
1.5 As relações internacionais . . . . .	4
1.6 As relações internacionais na atualidade . . . . .	5
1.7 Resumo . . . . .	7
Questões propostas . . . . .	8
<b>Capítulo II – Esboço Histórico do Direito Internacional Público</b> . . . . .	9
2.1 Primeiros tempos . . . . .	9
2.2 Idade Média . . . . .	11
2.3 Idade Moderna . . . . .	12
2.4 Idade Contemporânea . . . . .	14
2.5 A consolidação do Direito Internacional . . . . .	15
2.6 Resumo . . . . .	17
Questões propostas . . . . .	18
<b>Capítulo III – Noções Gerais de Direito Internacional Público</b> . . . . .	19
3.1 Considerações iniciais . . . . .	19
3.2 Conceito . . . . .	19
3.3 Fundamentos . . . . .	21
3.4 Denominação . . . . .	22
3.5 Autonomia e relação com o direito interno . . . . .	23
3.6 Codificação . . . . .	26
3.7 Doutrina . . . . .	28
3.8 Direito Internacional Público no Brasil . . . . .	30
3.9 Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado . . . . .	30
3.10 Direito Internacional Público e Direito Comunitário . . . . .	31
3.11 Resumo . . . . .	31
Questões propostas . . . . .	32
<b>Capítulo IV – As Fontes do Direito Internacional Público</b> . . . . .	35
4.1 Conceito de fontes . . . . .	35
4.2 Os tratados . . . . .	36
4.2.1 Conceito e denominação . . . . .	37
4.2.2 Produção do tratado . . . . .	38

4.2.3 Classificação	39
4.2.4 Efeitos	40
4.2.5 Fases e cláusulas especiais	41
4.3 Os costumes	43
4.4 Os princípios gerais do Direito	44
4.5 Os princípios gerais específicos do Direito Internacional	45
4.6 Os atos unilaterais	46
4.7 A jurisprudência e a doutrina	48
4.8 Considerações finais	50
4.9 Resumo	50
Questões propostas	52
<b>Capítulo V – Os Sujeitos do Direito Internacional Público</b>	<b>53</b>
5.1 Considerações iniciais	53
5.2 O Estado	54
5.3 As Organizações Internacionais	55
5.4 Os atores emergentes	56
5.4.1 As organizações não governamentais	56
5.4.2 As sociedades transnacionais	59
5.5 Outras entidades	61
5.5.1 Comitê Internacional da Cruz Vermelha	61
5.5.2 Santa Sé	61
5.5.3 Beligerantes	62
5.5.4 Insurgentes	64
5.5.5 Ordem de Malta	64
5.6 O homem como sujeito de Direito Internacional	65
5.7 Resumo	67
Questões propostas	68
<b>Capítulo VI – Os Estados</b>	<b>69</b>
6.1 Noções preliminares	69
6.2 Os elementos constitutivos	70
6.3 Surgimento do Estado	72
6.4 Reconhecimento do Estado	73
6.5 Sucessão de Estados	76
6.6 Classificação dos Estados	77
6.7 Estados exíguos	80
6.8 Os Estados atuais na sociedade internacional	83
6.9 Resumo	86
Questões propostas	87
<b>Capítulo VII – A Soberania</b>	<b>89</b>
7.1 Noções preliminares	89
7.2 Soberania e autonomia	91
7.3 Conceito de soberania	91
7.4 A soberania e o Estado	93
7.5 Soberania territorial e supremacia territorial	93
7.6 Soberania interna e soberania externa	94
7.7 A soberania hoje	95
7.8 Soberania e supranacionalidade	96

7.9 A intervenção .....	97
7.10 Resumo .....	99
Questões propostas .....	100
<b>Capítulo VIII – As Organizações Internacionais .....</b>	<b>101</b>
8.1 Considerações gerais .....	101
8.1.1 Antecedentes históricos .....	101
8.1.2 Conceito .....	102
8.1.3 Consolidação .....	103
8.1.4 Classificação .....	104
8.1.5 Personalidade jurídica .....	105
8.2 Organização das Nações Unidas .....	106
8.2.1 Pródromos .....	106
8.2.2 Criação e objetivos .....	106
8.2.3 Estrutura e funcionamento .....	107
8.2.4 Novos desafios .....	110
8.2.5 O Brasil na ONU .....	111
8.3 Organizações internacionais especializadas .....	112
8.3.1 União Internacional de Telecomunicações (UIT ou ITU) .....	112
8.3.2 União Postal Universal (UPU) .....	112
8.3.3 Organização Internacional do Trabalho (OIT ou ILO) .....	112
8.3.4 Fundo Monetário Internacional (FMI ou IMF) .....	113
8.3.5 Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD ou IBRD) ..	113
8.3.6 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ..	114
8.3.7 Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) .....	114
8.3.8 Organização Mundial de Saúde (OMS ou WHO) .....	114
8.3.9 Organização da Aviação Civil Internacional (OACI ou ICAO) .....	115
8.3.10 Organização Meteorológica Mundial (OMM ou WMO) .....	115
8.3.11 Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA ou IAEA) .....	115
8.3.12 Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI ou WIPO) .....	116
8.3.13 Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO) .....	116
8.4 Organizações de abrangência regional .....	116
8.4.1 Organização dos Estados Americanos (OEA) .....	116
8.4.2 North American Free Trade Agreement (NAFTA) .....	117
8.4.3 Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) .....	117
8.4.4 Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO) .....	118
8.5 Resumo .....	118
Questões propostas .....	121
<b>Capítulo IX – A Responsabilidade Internacional .....</b>	<b>123</b>
9.1 Conceito .....	123
9.2 Elementos essenciais .....	124
9.3 Classificação .....	125
9.4 Natureza .....	126
9.5 Atos geradores de responsabilidade internacional .....	127
9.5.1 Atos do Poder Executivo .....	127
9.5.2 Atos do Poder Legislativo .....	128
9.5.3 Atos do Poder Judiciário .....	128
9.5.4 Atos de particulares .....	129
9.5.5 Atos decorrentes de guerra civil .....	130

9.5.6 Teoria da comunidade de fortuna . . . . .	131
9.5.7 Crimes internacionais . . . . .	132
9.5.8 Ato que excluem a responsabilidade internacional . . . . .	133
9.6 Proteção diplomática . . . . .	134
9.6.1 Proteção a não nacionais . . . . .	135
9.6.2 Cláusula Calvo . . . . .	136
9.6.3 A proteção diplomática e as organizações internacionais . . . . .	138
9.7 A reparação . . . . .	138
9.8 Resumo . . . . .	139
Questões propostas . . . . .	141
 Capítulo X – A Representação dos Estados . . . . .	 143
10.1 Noções introdutórias . . . . .	143
10.2 Antecedentes históricos da Diplomacia . . . . .	144
10.3 A Diplomacia no Brasil . . . . .	144
10.3.1 Barão do Rio Branco . . . . .	145
10.3.2 Rui Barbosa . . . . .	146
10.3.3 Epitácio Pessoa . . . . .	147
10.4 Chefe de Estado . . . . .	148
10.5 Ministro das Relações Exteriores . . . . .	150
10.6 Classificação dos agentes diplomáticos . . . . .	150
10.7 Codificação das relações diplomáticas . . . . .	152
10.7.1 Direito de legação . . . . .	152
10.7.2 Privilégios e imunidades . . . . .	153
10.8 Missões diplomáticas especiais . . . . .	155
10.9 Agentes consulares . . . . .	156
10.9.1 Origem do instituto e espécies de cônsules . . . . .	156
10.9.2 Codificação . . . . .	157
10.9.3 Funções consulares . . . . .	157
10.9.4 Nomeação . . . . .	158
10.9.5 Prerrogativas . . . . .	159
10.9.6 Cônsules honorários . . . . .	159
10.10 Resumo . . . . .	160
Questões propostas . . . . .	162
 Capítulo XI – Os Litígios Internacionais . . . . .	 165
11.1 Considerações iniciais . . . . .	165
11.2 Meios diplomáticos . . . . .	166
11.2.1 Negociações diretas . . . . .	166
11.2.2 Bons ofícios . . . . .	167
11.2.3 Mediação . . . . .	168
11.2.4 Conciliação . . . . .	169
11.2.5 Sistema consultivo . . . . .	170
11.3 Meios políticos . . . . .	171
11.4 Meios jurisdicionais . . . . .	172
11.4.1 Arbitragem . . . . .	172
11.4.2 Soluções judiciais . . . . .	174
11.5 Meios coercitivos . . . . .	174
11.5.1 Retorsão . . . . .	175
11.5.2 Represália . . . . .	175

11.5.3 Embargo . . . . .	176
11.5.4 Bloqueio pacífico . . . . .	176
11.5.5 Boicotagem . . . . .	176
11.5.6 Rompimento de relações diplomáticas . . . . .	177
11.6 A guerra . . . . .	177
11.6.1 Expressões pertinentes . . . . .	178
11.6.2 Início e término da guerra . . . . .	179
11.6.3 Consequências jurídicas da guerra . . . . .	180
11.7 A neutralidade . . . . .	180
11.8 Resumo . . . . .	181
Questões propostas . . . . .	184
 Capítulo XII – A Saída Compulsória de Estrangeiros . . . . .	 185
12.1 Noções gerais . . . . .	185
12.2 Expulsão . . . . .	186
12.3 Deportação . . . . .	188
12.4 Extradicação . . . . .	191
12.4.1 Histórico . . . . .	191
12.4.2 Conceito e fundamentos . . . . .	191
12.4.3 Classificação . . . . .	193
12.4.4 Requisitos . . . . .	194
12.4.5 Extradicação de nacionais . . . . .	194
12.4.6 A extradicação no Brasil . . . . .	195
12.4.7 Tratados de extradicação do Brasil . . . . .	196
12.4.8 Casos de extradicação no Brasil . . . . .	198
12.4.9 A extradicação após o caso Pinochet . . . . .	199
12.4.10 A extradicação e outros institutos . . . . .	201
12.5 Resumo . . . . .	203
Questões propostas . . . . .	205
 Capítulo XIII – O Asilo Político . . . . .	 207
13.1 Considerações iniciais . . . . .	207
13.2 Histórico . . . . .	207
13.3 Conceito e fundamento . . . . .	208
13.4 Classificação . . . . .	209
13.5 Asilo territorial . . . . .	210
13.6 Asilo diplomático . . . . .	211
13.7 Resumo . . . . .	213
Questões propostas . . . . .	214
 Capítulo XIV – A Nacionalidade . . . . .	 215
14.1 Abordagem interdisciplinar . . . . .	215
14.2 A nacionalidade e os institutos afins . . . . .	215
14.3 A nacionalidade originária – o <i>jus soli</i> e o <i>jus sanguinis</i> . . . . .	217
14.4 A nacionalidade derivada – a naturalização . . . . .	220
14.5 Conflitos de nacionalidade . . . . .	223
14.5.1 A plurinacionalidade . . . . .	223
14.5.2 A anacionalidade . . . . .	224
14.5.3 Considerações finais sobre os conflitos de nacionalidade . . . . .	226
14.6 A nacionalidade dos estrangeiros adotados . . . . .	227

14.7 A nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro .....	230
14.8 Resumo .....	231
Questões propostas .....	233
 Capítulo XV – Os Direitos Humanos .....	235
15.1 Considerações iniciais .....	235
15.2 Histórico dos direitos humanos .....	235
15.2.1 O longo período dos deveres .....	236
15.2.2 O aparecimento dos direitos humanos .....	236
15.2.3 Os piores inimigos dos direitos humanos .....	237
15.3 Conceito e características .....	238
15.4 Denominação e fontes .....	239
15.5 Gerações ou dimensões .....	239
15.5.1 Direitos civis e políticos .....	240
15.5.2 Direitos sociais, culturais e econômicos .....	241
15.5.3 Direitos de solidariedade .....	242
15.6 Os direitos humanos nos tratados .....	242
15.7 Os direitos humanos nas legislações .....	244
15.7.1 A legislação dos países do Mercosul .....	244
15.7.2 A legislação de outros países .....	245
15.8 Os tribunais internacionais de direitos humanos .....	245
15.9 O Tribunal Penal Internacional .....	245
15.10 Os direitos humanos em um mundo globalizado .....	247
15.11 O Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	247
15.12 Resumo .....	248
Questões propostas .....	250
 Capítulo XVI – A Proteção da Pessoa Humana .....	251
16.1 Notas introdutórias .....	251
16.2 Direito à vida .....	251
16.3 Direito à liberdade .....	252
16.3.1 Escravidão .....	252
16.3.2 Tráfico de mulheres .....	253
16.4 Direito das pessoas da terceira idade .....	254
16.5 Direito das crianças e adolescentes .....	254
16.6 A presença de estrangeiros .....	255
16.7 Minorias .....	256
16.7.1 Contextualização .....	256
16.7.2 Esboço histórico .....	257
16.7.3 Conscientização do problema .....	258
16.7.4 Os direitos nos tratados .....	259
16.7.5 Institutos similares às minorias .....	260
16.7.6 Situação atual e perspectivas .....	260
16.8 Refugiados .....	261
16.9 Migrações .....	263
16.10 A livre circulação de pessoas .....	265
16.11 As instituições abomináveis .....	266
16.12 Resumo .....	266
Questões propostas .....	268



Capítulo XVII – O Direito Internacional Humanitário . . . . .	269
17.1 Considerações iniciais. . . . .	269
17.2 O direito da guerra . . . . .	269
17.3 Conceito e conteúdo do Direito Internacional Humanitário . . . . .	271
17.3.1 Direito de Genebra . . . . .	272
17.3.2 Direito de Haia . . . . .	273
17.4 A Cruz Vermelha e seu trabalho humanitário . . . . .	273
17.4.1 Fundação . . . . .	273
17.4.2 Símbolos . . . . .	274
17.4.3 Princípios e atribuições . . . . .	275
17.4.4 Estrutura . . . . .	275
17.4.5 O Comitê Internacional da Cruz Vermelha . . . . .	276
17.5 Outras organizações humanitárias . . . . .	276
17.6 O Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. . . . .	277
17.7 Resumo . . . . .	277
Questões propostas . . . . .	279
Capítulo XVIII – O Direito Internacional do Mar . . . . .	281
18.1 A água e sua importância . . . . .	281
18.2 A Convenção da Jamaica e as áreas marítimas . . . . .	282
18.3 Mar territorial . . . . .	283
18.4 Zona contígua . . . . .	285
18.5 Zona econômica exclusiva . . . . .	285
18.6 Plataforma continental . . . . .	286
18.7 Alto-mar . . . . .	287
18.8 Estreitos internacionais . . . . .	288
18.9 Canais internacionais . . . . .	288
18.10 Rios internacionais . . . . .	289
18.11 Lagos internacionais . . . . .	290
18.12 Mares internos. . . . .	290
18.13 Resumo . . . . .	290
Questões propostas . . . . .	291
Capítulo XIX – O Direito Internacional do Ar . . . . .	293
19.1 Notas introdutórias . . . . .	293
19.2 O espaço aéreo . . . . .	294
19.3 As aeronaves . . . . .	295
19.3.1 Conceito e denominação . . . . .	295
19.3.2 Classificação e situação jurídica . . . . .	295
19.3.3 Nacionalidade . . . . .	296
19.3.4 As empresas aéreas . . . . .	296
19.4 O Direito Aeronáutico. . . . .	297
19.4.1 Conceito e denominação . . . . .	297
19.4.2 Fontes . . . . .	297
19.4.3 Convenção sobre a Aviação Civil Internacional. . . . .	298
19.4.4 As cinco liberdades do ar . . . . .	298
19.4.5 A Organização da Aviação Civil Internacional. . . . .	299
19.4.6 O Direito Aeronáutico no Brasil. . . . .	299
19.5 Resumo . . . . .	301
Questões propostas . . . . .	302

Capítulo XX – O Direito Internacional do Meio Ambiente . . . . .	303
20.1 Considerações iniciais. . . . .	303
20.2 Conscientização da questão ambiental . . . . .	305
20.3 O meio ambiente como direito fundamental . . . . .	306
20.4 Estado ambiental de direito. . . . .	308
20.5 Categorias temáticas dos tratados multilaterais ambientais . . . . .	309
20.6 Documentos internacionais sobre a proteção do meio ambiente . . . . .	310
20.7 O meio ambiente no direito brasileiro . . . . .	314
20.8 Considerações finais . . . . .	316
20.9 Resumo . . . . .	317
Questões propostas . . . . .	318
Capítulo XXI – Globalização e Multiculturalismo. . . . .	319
21.1 Considerações iniciais. . . . .	319
21.2 A globalização. . . . .	319
21.3 O multiculturalismo . . . . .	321
21.4 A globalização e a transformação de culturas e de conceitos . . . . .	322
21.5 A reconstrução de valores da globalização . . . . .	323
21.6 A contribuição do multiculturalismo. . . . .	325
21.7 Considerações finais . . . . .	326
21.8 Resumo . . . . .	327
Questões propostas . . . . .	328
Capítulo XXII – O Direito Comunitário. . . . .	329
22.1 Considerações iniciais. . . . .	329
22.2 Conceito e objetivos . . . . .	330
22.3 Fontes . . . . .	332
22.3.1 Direito Comunitário originário. . . . .	332
22.3.2 Direito Comunitário derivado . . . . .	333
22.3.3 Jurisprudência e princípios gerais do Direito. . . . .	334
22.4 Direito Comunitário, Direito Interno e Direito Internacional. . . . .	335
22.5 O Direito Comunitário e o Mercosul . . . . .	336
22.6 Considerações finais . . . . .	338
22.7 Resumo . . . . .	338
Questões propostas . . . . .	339
Bibliografia . . . . .	341